

Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017



Índice

	Página
Relatório do auditor independente	2
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017	11



Relatório do auditor independente

Aos:

Administradores e Conselheiros da **AMA - Associação de Amigos do Autista** São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da AMA - Associação de Amigos do Autista ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AMA - Associação de Amigos do Autista, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Reconhecimento de receitas

A Entidade é uma organização sem fins lucrativos e obtém parte de suas receitas por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas, que somente podem ser identificadas quando dos seus registros financeiros, ou seja, pelo regime de caixa ao invés do regime de competência. Nossos exames, nestas áreas, abrangem, exclusivamente, o confronto dos valores contabilizados com os respectivos depósitos bancários.

Controle físico dos ativos imobilizados

A Entidade não possui controle individual de todo o seu ativo imobilizado, bem como não realiza, periodicamente, a contagem física de seus ativos. Com base no exposto, não pudemos quantificar os possíveis efeitos, se houver, decorrentes do impacto no cálculo de despesa de depreciação e a depreciação acumulada.



Taxa de depreciação

A Entidade registrou despesas com depreciação do ativo imobilizado, utilizando taxas fiscais aplicadas de forma linear, que não necessariamente representam o desgaste pela sua vida útil. De acordo com a NBC TG 1000, a Entidade deve realizar a revisão da vida útil econômica de seus bens e determinar taxas de depreciação apropriadas em virtude desta revisão, bem como determinar o valor residual dos ativos. Não pudemos quantificar os possíveis efeitos, se houver, oriundos da adequada aplicação da norma contábil mencionada no saldo de depreciação acumulada e despesas com depreciação registradas no exercício de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

A AMA – Associação dos Amigos do Autista conduz suas atividades no contexto dos convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e com a Secretaria do Estado da Saúde. Os referidos convênios têm prazo de encerramento determinado podendo ser renovados. As demonstrações financeiras da AMA – Associação dos Amigos do Autista foram elaboradas no pressuposto das renovações destes convênios.

Outros assuntos

Durante o exercício de 2018 a Entidade, em atenção às disposições legais, não remunerou seus diretores estatutários e conselheiros, não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, aplicou toda sua receita nos objetivos operacionais, bem como aplicou todas as subvenções recebidas nas finalidades a que se destinaram e manteve sua escrituração atualizada em acordo com as formalidades legais.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2019.

Valdomiro Silva Bento Junior Contador CRC 1SP-238.249/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples CRC 2SP-030.002/O-7

RSM

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	Notas	2018	2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	1.357.291	1.034.048
Subvenções a receber	4	3.074.457	2.662.579
Créditos diversos	-	253.588	100.013
Despesas antecipadas	-	2.234	4.273
Total do ativo circulante		4.687.570	3.800.913
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	73.848	51.658
Subvenções a receber	4	-	1.821.600
Imobilizado líquido	5	1.692.922	1.695.896
Total do ativo não circulante		1.766.770	3.569.154
Total do ativo		6.454.340	7.370.067

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2018	2017
Passivo circulante	<u> </u>	_	
Obrigações trabalhistas e tributárias	6	520.282	490.711
Contas a pagar	-	78.498	128.519
Obrigações com convênios e projetos	8	2.496.311	1.821.600
Total do passivo circulante		3.095.091	2.440.830
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	10	80.393	83.893
Obrigações com convênios e projetos	8		1.821.600
Total do passivo não circulante		80.393	1.905.493
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	11	3.278.856	3.023.744
Total do patrimônio líquido		3.278.856	3.023.744
Total do passivo e patrimônio líquido		6.454.340	7.370.067

Demonstrações do superávit (déficit) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em reais)

	Notas	2018	2017
	12	10.718.760	11.150.771
Receita de contribuições/convênios			
Custo com projetos	13	(10.015.277)	(9.627.216)
Superávit bruto		703.483	1.523.555
Despesas gerais e administrativas			
Despesas gerais e administrativas	14	(470.885)	(701.715)
Superávit/(déficit) antes do resultado financeiro		232.598	821.840
Resultado financeiro			
Despesa financeira	15	(44.866)	(51.319)
Receita financeira	15	67.380	68.494
		22.514	17.175
Superávit/(déficit) do exercício		255.112	839.015

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.184.729		2.184.729
Superávit do exercício Incorporação do superávit ao patrimônio social	- 839.015	839.015 (839.015)	839.015 -
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.023.744		3.023.744
Superávit do exercício Incorporação do superávit ao patrimônio social	- 255.112	255.112 (255.112)	255.112 -
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.278.856	-	3.278.856

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em reais)

	2018	2017
Das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) do exercício	255.112	839.015
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	43.361	82.130
(Reversão) Provisão para contingências	(3.500)	(12.000)
Decréscimo em ativos		
Subvenções a receber	1.409.722	(4.022.554)
Créditos diversos	(153.575)	14.305
Despesas antecipadas	2.039	(4.273)
Depósitos judiciais	(22.190)	(47.652)
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Obrigações trabalhistas e tributárias	29.571	(1.125)
Contas a pagar	(50.021)	108.187
Obrigações com convênios e projetos	, ,	3.643.200
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	363.630	599.233
Das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(40.387)	(54.192)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(40.387)	(54.192)
Das atividades de financiamento		
Empréstimos líquidos	_	(28.875)
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento	-	(28.875)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	323.243	516.166
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.034.048	517.882
No final do exercício	1.357.291	1.034.048
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	323.243	516.166

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A AMA - Associação de Amigos do Autista é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e beneficente, criada em 08 de agosto de 1983 e tem como missão proporcionar à pessoa com autismo uma vida digna: trabalho, saúde, lazer e integração à sociedade e à sua família, instrumentos para a convivência no lar e em sociedade, além de promover e incentivar pesquisas sobre o autismo, difundindo o conhecimento acumulado.

A Entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - através da PORTARIA SNAS/MDS nº 797/2012.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2012 aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12), as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

As demonstrações financeiras da Entidade foram autorizadas pela Diretoria em 15 de março de 2019.

2.2. Principais práticas contábeis

São as seguintes as principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras:

Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

Apuração do resultado - receitas e despesas

As receitas oriundas de doações e contribuições são registradas, conforme determina a ITG 2002 – "Entidades sem Finalidade de Lucros" do CFC, mediante documento hábil, quando de sua competência. A Entidade segrega suas receitas e despesas por atividade de saúde e educacional e seu atendimento são efetuados exclusivamente por gratuidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, e avaliação de passivos contingentes.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata registradas pelos valores originais, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, não superando o valor de mercado.

Imobilizado líquido

É demonstrado ao custo de aquisição e depreciado pelo método linear, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 5, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade.

Obrigações trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos de acordos trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicofuturos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

Ativos e passivos e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos dos quais a entidade questione a inconstitucionalidade destes tributos. Neste exercício, a Entidade não identificou nenhum ativo ou passivo contingente a ser contabilizado ou evidenciado em nota explicativa.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Entidade são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mantidos até o vencimento; e (2) recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Patrimônio líquido

Compreende o patrimônio social inicial acrescido/diminuído dos valores dos superávits/déficits ocorridos. A "AMA" é uma Entidade sem fins lucrativos, não distribui lucros a qualquer título ou forma, sendo que, todas as contribuições, doações e subvenções recebidas de particulares ou dos poderes públicos são totalmente revertidos para as suas atividades institucionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

Provisões para férias e encargos sociais

Calculados e apropriados com base em previsão sobre os direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

Fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com seção 7 da Resolução nº 1.255/09 do CFC que aprova a NBC TG 1000 — Contabilidade para pequenas empresas. Reflete as modificações no caixa, que ocorreram nos exercícios apresentados utilizandose o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** referem-se às principais transações da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos:
- **Atividades de financiamento:** referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	1.801	173
Bancos conta movimento	157.003	315.425
Aplicações financeiras	1.198.487	718.450
	1.357.291	1.034.048

4. Subvenções a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o saldo de subvenções a receber estava assim composto:

Descrição	2018	2017
Secretaria de Estado e Saúde – Departamento Regional de Saúde I	320.061	320.061
Secretaria de Estado e Saúde – Resid. Terapêutica	2.148.420	4.023.150
Secretaria de Estado e Saúde – Pinel	587.505	134.367
Outros	18.471	6.601
Total	3.074.457	4.484.179
Total circulante	3.074.457	2.662.579
Total não circulante	_	1.821.600

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

5. Imobilizado líquido

		2018			2017
	% - Taxa anual	Custo	Depreciação	Imobilizado	Imobilizado
Descrição	de depreciação	histórico	acumulada	líquido	líquido
Imóveis	-	2.416.656	(839.333)	1.577.323	1.577.323
Instalação	10	5.700	(125)	5.575	-
Moveis e utensílios	10	655.300	(644.229)	11.071	34.256
Máquinas e equipamentos	10	58.422	(17.988)	40.434	39.166
Computadores e periféricos	20	92.322	(49.769)	42.553	35.545
Veículos	20	101.716	(101.716)	-	-
Brinquedoteca	10	6.924	(462)	6.462	-
Outros	-	9.504	-	9.504	9.504
		3.346.544	(1.653.622)	1.692.922	1.695.794

A movimentação do ativo imobilizado está assim apresentada:

Descrição	2017	Adições	Depreciação	2018
Imóveis	1.577.323	-	-	1.577.323
Instalações	-	5.700	(125)	5.575
Móveis e utensílios	34.268	-	(23.197)	11.071
Máquinas e equipamentos	39.256	6.833	(5.655)	40.434
Computadores e periféricos	35.545	20.930	(13.922)	42.553
Brinquedoteca	-	6.924	(462)	6.462
Outros	9.504	-	-	9.504
	1.695.896	40.387	(43.361)	1.692.922

Descrição	2016	Adições	Depreciação	2017
Imóveis	1.577.323	-	-	1.577.323
Móveis e utensílios	88.061	11.234	(65.027)	34.268
Máquinas e equipamentos	26.907	16.777	(4.428)	39.256
Computadores e periféricos	27.592	18.681	(10.728)	35.545
Veículos sem restrição	1.947	-	(1.947)	-
Outros	2.004	7.500	-	9.504
	1.723.834	54.192	(82.130)	1.695.896

6. Obrigações trabalhistas e tributárias

Obrigações trabalhistas	2018	2017
INSS a pagar	37.808	44.171
FGTS a pagar	68.438	64.972
IRRF a recolher	26.994	5.451
Outras obrigações trabalhistas	1.412	3.273
Provisão de férias	281.283	372.844
Outros impostos e provisões	104.347	-
	520.282	490.711

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

7. Imunidades tributárias

Contribuição previdenciária, Programa de Integração Social (PIS) e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)

De acordo com a alínea C do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, a AMA - Associação de Amigos do Autista goza de imunidades tributárias e os valores relativos às imunidades usufruídas, calculadas como se devidas fossem, corresponderam durante o exercício de 2018 ao montante de R\$ 2.033.437 (R\$ 2.006.920 em 2017).

8. Obrigações com convênios e projetos

Este grupo é composto por convênios para promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS, assinado com a Secretaria de Estado da Saúde com execução prevista até o exercício de 2019

Descrição	2018	2017
Convênio Secretaria Estadual Saúde - Resid. Terapêutica	1.821.600	3.643.200
Secretaria de Estado e Saúde – Pinel	674.711	-
Total	2.496.311	3.643.200
Circulante	2.496.311	1.821.600
Não circulante	-	1.821.600

9. Impostos e contribuições

9.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza de benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu (déficit)/superávit, de acordo com o artigo 174. do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/1999 e Lei nº 9.532/1997.

9.2. COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a legislação vigente, que compreende: artigo 55 da Lei de n° 8.212/1991; artigo 29 da Lei de n° 12.101/2009 e artigo 17 da Medida Provisória de n° 2.158-35/2001.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

10. Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributária. Com base no posicionamento dos consultores jurídicos da Entidade, os riscos relacionados a contingências, no fechamento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 montam o valor de R\$ 80.393 (R\$ 83.893 em 2017).

De acordo com a legislação vigente, as operações da Entidade estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS e INSS). Há dúvidas quanto ao prazo trintenário ou quinquenal de decadência para exame dos recolhimentos de contribuição ao FGTS.

Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

11. Patrimônio líquido

11.1. Patrimônio social

Compreende o patrimônio social inicial acrescido/diminuído dos valores dos superávits/déficits ocorridos. A "AMA" é uma Entidade sem fins lucrativos, não distribui lucros a qualquer título ou forma, sendo que, todas as contribuições, doações e subvenções recebidas de particulares ou dos poderes públicos são totalmente revertidos para as suas atividades institucionais.

Durante o exercício de 2018, a Entidade em atenção às disposições legais, não remunerou seus diretores estatutários e conselheiros, não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, aplicou toda sua receita nos objetivos operacionais, bem como aplicou todas as subvenções recebidas nas finalidades a que se destinaram e manteve sua escrituração atualizada em acordo com as formalidades legais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

12. Receita de contribuições

As receitas oriundas de doações e contribuições são registradas, conforme determina a Resolução CFC nº 1409/2012 "Entidades sem fins lucrativos" do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos:

Descrição	2018	2017
Convênio Secretaria da Saúde – DRS1 (i)	3.840.737	3.816.080
Convênio Secretaria Estadual da Educação (ii)	2.284.035	2.486.760
Convênio Secretaria da Saúde – Pinel (iii)	2.011.692	2.349.047
Convênio Secretaria Estadual Saúde - Resid. Terapêutica (iv)	1.821.600	1.821.600
Contribuições e doações diversas	578.868	481.075
Outros	181.828	196.209
	10.718.760	11.150.771

- (i) Objetivo: Assistência a pacientes com autismo, encaminhados pela Secretaria Estadual da Saúde, nas categorias: pedagógica, fonoaudiológica, psicológica, médica e motora. Para prestar esse serviço a AMA disponibilizará uma equipe multidisciplinar, composta de médico, fisioterapeuta, psicólogo, professor de educação física, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, enfermeiro, pedagogo e equipe de apoio, entre outros, sendo garantida a equipe mínima prevista na resolução SS 63/13;
- (ii) Objetivo: Ação compartilhada da Secretaria da Educação com a AMA, com vista a promoção do atendimento do educando com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais ou múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns de ensino regular;
- (iii) Objetivo: Promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região em parceria com o Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental "Philippe Pinel". Desenvolver a prestação de assistência nas categorias pedagógica, fonoaudiológica, psicológica e motora. Acompanhamento psiquiátrico aos pacientes da internação, aos pacientes ambulatoriais e outras pessoas com autismo que procuram atendimento no referido Centro;
- (iv) Objetivo: Convênio com a Secretaria do Estado de Saúde, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região. Custeio de residência terapêutica para 23 pacientes jovens e adultos na unidade de Parelheiros/SP.

13. Custo

Descrição	2018	2017
Despesas com projeto de saúde	(3.972.704)	(3.649.017)
Despesas com projeto de educação	(3.510.013)	(2.531.782)
Despesas com projeto do Hospital de Pirituba (Pinel)	(1.664.102)	(1.722.211)
Despesas com projeto SNDH	-	(4.233)
Despesas com projeto Terapêutica	(792.543)	(1.696.639)
Outros	(75.915)	(23.334)
	(10.015.277)	(9.627.216)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

14. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2018	2017
Depreciação	(43.361)	(82.129)
Manutenção em geral	(131.832)	(72.486)
Com funcionários	-	(319.842)
Cópias e materiais gráficos	(29.885)	(24.069)
Contas de consumo	(28.654)	(18.561)
Materiais diversos	(24.122)	(16.758)
Alimentação	(43.441)	(25.967)
Transporte	(29.729)	(20.513)
Serviços tomados de terceiros	(50.541)	(30.637)
Cursos e treinamentos	(26.242)	(33.481)
Bens de pequeno valor	(2.716)	(5.015)
Seguros	(5.759)	(4.654)
Gerais	(49.862)	(44.867)
Locações	(4.741)	(2.736)
	(470.885)	(701.715)

15. Despesas e receitas financeiras

Despesas financeiras	2018	2017
Despesas bancárias	(39.488)	(33.873)
Juros	-	(9.486)
Outras	(5.378)	(7.960)
	(44.866)	(51.319)
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	67.166	67.574
Outras receitas financeiras	214	920
	67.380	68.494
Resultado financeiro	22.514	17.175

16. Bens recebidos em forma de permissão de uso

Em 15 de abril de 2014 a Entidade firmou contrato junto ao Governo do Estado de São Paulo relativo à permissão de uso de veículo para ser utilizado exclusivamente para transporte de educandos com graves deficiências, cuja situação não permita a inclusão em classes comuns de ensino regular, comportando transportar quatorze alunos sentados e um cadeirante.

A vigência do termo de permissão de uso do veículo é a mesma aplicada no contrato de convênio firmado junto à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, podendo este prazo ser prorrogado e/ou alterado de comum acordo entre as partes, caso ocorram alterações nos termos desse Convênio.

O valor do veículo recebido em forma de permissão de uso é de R\$ 151.000.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

17. Cobertura de seguros - não auditado

A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Entidade restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber e em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A Entidade adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Entidade possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Entidade foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas para aplicações financeiras, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais)

(iii) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.